

RECURSO ESPECIAL Nº 1.746.704 - PR (2018/0139218-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **VALDECIR FERREIRA DE MORAIS**
ADVOGADOS : **JÚLIO CEZAR ENGEL DOS SANTOS - PR045471**
: **MARCELO CRESTANI RUBEL E OUTRO(S) - PR049705**
RECORRIDO : **RADIO E TELEVISAO IGUACU S/A**
ADVOGADO : **CARLOS HENRIQUE DE MATTOS SABINO E OUTRO(S) - PR036546**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. REPORTAGEM DE TV. DEVER DE INFORMAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS. DIREITO AO ESQUECIMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O dissídio jurisprudencial não foi demonstrado nos moldes regimentais, o que impede o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional.

2. O Tribunal de origem registra a inexistência de danos morais na espécie tendo em vista que a matéria jornalística divulgada pela recorrida não transbordou os limites do dever de informação e a liberdade de imprensa. Além disso, consigna a impossibilidade de ser determinada a exclusão da matéria em questão de *sites* na rede mundial de computadores. A reforma do aresto, nestes aspectos, demanda inegável necessidade de reexame de matéria fático-probatória, providência inviável de ser adotada em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

3. Recurso especial não provido.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso especial interposto por VALDECIR FERREIRA DE MORAIS, com fulcro no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. REPORTAGEM TELEVISIVA. COBERTURA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO O AUTOR.

PRIMEIRO APELO:

1. DIREITO AO ESQUECIMENTO. DETERMINAÇÃO DE

RETIRADA DO VÍDEO DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES. JUÍZO DE PONDERAÇÃO E RAZOABILIDADE DIANTE DO CASO CONCRETO. INOCORRÊNCIA DE OFENSA À HONRA OU À IMAGEM DA PARTE. PREPONDERÂNCIA DOS DIREITOS À INFORMAÇÃO E À LIBERDADE DE IMPRENSA. SENTENÇA REFORMADA PARA MANTER O VÍDEO DISPONÍVEL NA INTERNET. SUCUMBÊNCIA INTEGRAL DO AUTOR. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS.

SEGUNDO APELO:

1. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTOS DA SENTENÇA SATISFATORIAMENTE IMPUGNADOS NO APELO. AFASTADA A PRELIMINAR ARGUIDA NAS CONTRARRAZÕES. RECURSO CONHECIDO.

2. REPORTAGEM BASEADA EM FATOS REAIS E DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO AUTOR QUE, EMBRIAGADO, ENVOLVEU-SE EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. TOM JOCOSO EMPREENDIDO PELO ENTREVISTADO. MANIPULAÇÃO E EDIÇÃO DE SUAS RESPOSTAS NÃO COMPROVADAS. ÔNUS PROBATÓRIO QUE INCUMBIA AO AUTOR. NÃO CONFIGURADO ATO ILÍCITO. EXERCÍCIO LEGÍTIMO DO DIREITO DE INFORMAR. CORRETA A SENTENÇA QUE AFASTOU O DANO E O NEXO DE CAUSALIDADE. MANTIDA A IMPROCEDÊNCIA DO PLEITO INDENIZATÓRIO.

APELAÇÃO CÍVEL (1) CONHECIDA E PROVIDA

APELAÇÃO CÍVEL (2) CONHECIDA E DESPROVIDA

Sustenta o recorrente, a existência de dissídio jurisprudencial com relação a matéria dos arts. 17 e 20 do Código Civil, com base no paradigma REsp n. 1.369.571/PE.

Pleiteia o direito ao esquecimento.

Defende a necessidade de responsabilização civil de empresa jornalística recorrida, na medida em que, a reportagem divulgada sobre o recorrente, ofendeu-lhe a honra e a imagem, devendo ser deferido o pedido de cessação de veiculação do vídeo sobre a matéria em questão na *internet*.

A recorrida apresentou contrarrazões ao recurso especial (fls. 504/515).

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 517/518).

Decido.

2. A irresignação não merece ser acolhida.

Com efeito, o conhecimento do recurso fundado na alínea “c” do permissivo constitucional pressupõe a demonstração analítica da alegada divergência. Para tanto, faz-se necessário **a transcrição dos trechos que configurem o dissenso**, com a indicação das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados. (Nesse sentido: REsp 441.800/CE, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, DJ 2.8.04).

No caso em tela, a parte agravante traz à colação julgado paradigma,

contudo não procede ao cotejo deste, **trecho a trecho**, com o caso dos autos, tampouco expõe a divergência na conclusão jurídica adotada nas teses em confronto. Na verdade, apenas traça uma conclusão conveniente mediante a elaboração de um quadro comparativo, sem contrapor as passagens indispensáveis das conclusões adotadas em cada caso, de modo que não é possível aferir a similitude fática entre o julgado paradigma e o do caso em julgamento.

A falta de cotejo analítico, impede o acolhimento do apelo, pois não foram demonstradas em quais circunstâncias o caso confrontado e os arestos paradigmas aplicaram diversamente o direito, sobre a mesma situação fática.

Importante salientar que a análise do apelo especial fundado em alegado dissídio jurisprudencial deve ser demonstrado nos moldes exigidos pelos artigos 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e 255, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, o que, neste caso, não ocorreu.

3. Por outro lado, o Tribunal de origem registra a inexistência do dever de indenizar na espécie, tendo em vista a inexistência de danos morais, pois a matéria jornalística questionada baseou-se em fatos reais e declarações do próprio recorrente, não se revestindo a reportagem de qualquer ilicitude.

Destaca que a alegação de que a gravação da entrevista foi editada pela recorrida não foi comprovada.

Além disso, ao contrário do que aduz o recorrente, não se vislumbra que os funcionários da recorrida tenham abusado do estado de embriaguez do recorrente, tampouco o submetido a situação vexatória ou induzido a situação humilhante.

"(...) Efetivamente, a reportagem apresentada foi baseada em fatos reais e declarações do próprio personagem da notícia, o autor.

A alegação de que a gravação da entrevista foi editada pela ré não foi comprovada. Poderia o autor postular a realização de prova pericial, a fim de comprovar eventual manipulação da gravação. Contudo, intimadas as partes para especificação de provas (mov. 28.1), o demandante entendeu ser caso de julgamento antecipado (mov. 32.1).

No que tange aos alegados danos morais suportados, é preciso salientar que a reportagem veiculada não se revestiu de qualquer ilicitude, porquanto a requerida se limitou a filmar a abordagem policial ao autor que, embriagado, causou acidente de trânsito, entrevistando-o, sem haver o menor indicio de que a conduta da ré tivesse o intuito de prejudicar o demandante, causar-lhe constrangimento, humilhação, abalo à imagem, à honra e à dignidade.

Aliás, se constrangimento houve, decorreu da conduta do próprio autor que, comprovadamente sob efeito de substâncias etílicas (resultado do batômetro, registrado na reportagem), ignorou a gravidade das circunstâncias, portou-se de forma jocosa, fazendo pilhéria da situação.

(...)

Ao contrário do que quer fazer crer o autor em seu apelo, não se vislumbra no vídeo questionado que os funcionários da requerida tenham abusado de seu estado de embriaguez, ele não foi submetido a

circunstância vexatória ou induzido a situação humilhante durante a reportagem." (fls. 403/404)

3.1 Além disso, consigna a necessidade de ser afastada a obrigação de retirar a reportagem em questão do canal do *Youtube* da emissora, já que a matéria não transbordou a liberdade de imprensa e de expressão. Assim, sobreleva notar que a mera disponibilização da reportagem na rede mundial de computadores possui, também, caráter educativo, face o grau de reprovabilidade do conteúdo divulgado.

Confira-se mais um excerto do aresto objurgado:

"(...) O direito ao esquecimento, sobre o qual está fundada a determinação do MM. Juiz para acolher em parte o pedido inicial e determinar a "retirada do vídeo da rede mundial de computadores" (mov. 49.1 - p. 09), decorre dos direitos da personalidade e resulta da proteção constitucional conferida à dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, o enunciado n° 531 da VI Jornada de Direito Civil: 'A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento'.

É relevante registrar a justificativa do citado enunciado:

Os danos provocados pelas novas tecnologias de informação vêm-se acumulando nos dias aluais. O direito ao esquecimento tem sua origem histórica no campo das condenações criminais. Surge como parcela importante do direito do ex-detento à ressocialização. Não atribui a ninguém o direito de apagar fatos ou reescrever a própria história, mas apenas assegura a possibilidade de discutir o uso que é dado aos fatos pretéritos, mais especificamente o modo e a finalidade com que são lembrados.

Como já assentado, na casuística, não se vislumbra tenha havido abuso do direito de informar, tanto que foi descartada a conduta ilícita da requerida. Nessa toada, a manutenção do vídeo da reportagem no canal do *Youtube* da emissora requerida, para acesso pelos internautas, não importa em ato ofensivo à honra, à imagem ou à dignidade do demandante.

Não se trata aqui de reviver o passado através da exploração daquelas imagens pelo canal televisivo, mas de mera disponibilização da reportagem na rede mundial de computadores. Se, por um lado, é certo que o demandante tem o direito a recomendar, mesmo que tenha errado no passado, podendo o esquecimento ser o primeiro passo desse recomeço, por outro, a lembrança da conduta registrada na reportagem (dirigir alcoolizado, causar acidente e manter comportamento jocoso) também tem caráter educativo, não só ao autor como à sociedade, face ao grau de sua reprovabilidade." (fls. 407/408) - g.n.

3.2 Portanto, a reforma do aresto, nestes aspectos, demanda inegável necessidade de reexame de matéria fático-probatória, providência inviável de ser adotada em

Superior Tribunal de Justiça

sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

4. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator